

AB VRBE CONDITA. DESDE A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE *BRACARA AUGUSTA*

Neste estudo aborda-se a problemática da fundação da antiga cidade romana de Bracara Augusta, levando em consideração o registo arqueológico e sua problemática e significado. À parte da fundação ex novo da cidade ou da preexistência de populações autóctones no local, apresentam-se fortes vestígios indicadores da importância do culto imperial e dinástico que pensamos fortemente associados ao acto simbólico da sua fundação ou “refundação” segundo uma cerimónia semelhante à da “Roma Quadrada” augústea.

Palavras Chave: Bracara Augusta. Acto fundacional. Culto imperial e dinástico. Roma Quadrada.

In this study we approach the issue of the foundation of the old Roman city of Bracara Augusta taking into consideration the archaeological register and its theme and meaning. Apart from the ex novo foundation of the city or the pre-existence of native populations in the place, there are strong remains that indicate the importance of the imperial and dynastic cult. In our opinion these are strongly associated with the act of foundation or “refoundation” according to a ceremony, which is in all very similar to that of the Augustan “Square Rome”.

Key Words: Bracara Augusta. Foundation act. Imperial and dynastic cult. Roma Quadrada

O NOME DA CIDADE. ETNOGÉNESE E SEU SIGNIFICADO

Há dois milénios César Augusto enobreceu a cidade de Braga com o título de Augusta. Se atentarmos na análise do nome atribuído à cidade facilmente depreendemos que se trata da fusão de dois elementos, um nome de raiz indígena, materializado a partir do nome de um dos povos mais poderosos da região, os *Bracari* (Brácaros), e outro romano, retirado do epíteto do próprio imperador, *Augustus*.

O nome de *Bracara* deriva de um topónimo de raiz céltica, *braca* ou *bracca*, alusivo a “calças curtas” que fazia parte do vestuário dos povos gauleses e outros povos de origem celta, também utilizado como antropónimo,

nomeadamente na Bética em tijolos de época tardia (*CIL*, III, 4967; *CIL*, 2-5, 1274; *CILA*, II, 161; *CILA*, IV, 66; *AE*, 1986, 326).

Por outro lado, o *cognomen* augústeo, atribuído a cidades como *Bracara Augusta*, tinha certamente um valor político e religioso. Augusto, seguindo uma tradição já estabelecida em Roma, pelo menos desde o período dos Gracos, personaliza uma fundação que na origem deveria possuir o estatuto peregrino, dado que a criação de cidades privilegiadas era apenas prerrogativa do Senado, que as assinalava com nomes mais genéricos, frequentemente derivados de divindades ou expressivos de qualidades ou desejos positivos (vd. Beltrán Lloris 1992, 31-32).

A fusão dos dois elementos que inicialmente expusemos é, todavia, de extremo interesse. Mesmo que



Fig. 1. Pavimento de argila ornamentado com motivos de tipo geométrico.

sem intenção na formulação estava contido o gérmen do conceito da etnogénese, pois não havia a menor dúvida que qualquer pessoa percebia claramente que o nome da cidade estava formado por uma parte indígena e outra latina.

Na verdade, o problema da designação da cidade não é secundário já que parece fornecer um indício útil acerca da maneira como nos primeiros tempos do período imperial se vai progressivamente construindo uma peculiar relação entre o *princeps* e as suas províncias. Igualmente nos indica como se processou a passagem de uma mera condição de ocupação militar de um território para uma organização administrativa que deve ser interpretada por aquilo que é – a justificação (na perspectiva romana) de um novo ordenamento.

Todavia, como bem salientou Amílcar Guerra (1995, 63), surpreende a própria designação da cidade, que mencionada por Plínio como *Bracarum oppidum Augusta*, pressupõe o título *Augusta Bracarum*, contrastando com as restantes sedes conventuais mais próximas, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. Como ainda salienta o autor é, no

entanto, possível que à semelhança de muitas outras cidades designadas como *augustae* (como, por exemplo, *Augusta Emerita*, *Augusta Vindelicum*, *Augusta Taurinorum*, *Augusta Raurica*) esta cidade tenha decalcado o modelo destas. O que pudemos certamente inferir é que se trata de uma interpretação não oficial, tendo Plínio seguido uma qualquer fonte de informação que mencionava assim a cidade.

Parece-nos, no entanto, que o termo *oppidum*, para além de ter sido usado geralmente por Plínio para designar uma sede de *civitas*, independentemente do seu estatuto (vd. 1995, 75), poderia ter sido igualmente usado para se referir a cidades fundadas em locais onde existiam *oppida* pré-romanos ou nas suas proximidades. De entre outros argumentos, refira-se, a propósito, que as inscrições de *Bracara* não se referem nunca à cidade como *civitas Bracarum*¹, o que difere significativamente do que se verifica em relação aos centros urbanos da Lusitânia portuguesa, onde a designação de *civitas* corresponde, no período pré-flaviano, a um estatuto paramunicipal (vd. Mantas 1996, 668).

Como iremos constatar, no que diz respeito à cidade romana de *Bracara Augusta* nada nos autoriza a pensar que a cidade surgiu do nada, como fundação *ex novo*, nem a considerar que esta surgiu a partir de um povoado pré-romano, mas antes como resultado de uma multiplicidade de componentes que concorrem nesse processo.

A multiplicação de novas escavações em diferentes lugares da cidade e a recolha de alguns elementos isolados datáveis da Idade do Ferro colocam-nos num ponto crítico na abordagem dos diferentes dados arqueológicos.

A DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

No momento de rever a documentação arqueológica é importante assinalar algumas observações prévias. Em primeiro lugar, recordar o carácter limitado dos dados disponíveis. Os poucos mais de dois mil anos de história da cidade produziram duas realidades distintas: estruturas enterradas a grande profundidade com uma estratigrafia potente e estruturas com uma estratigrafia praticamente nula junto à superfície. Em ambas as situações à medida que se alcança os níveis mais antigos estes reduzem-se a pequenos elementos de uma realidade arqueológica muito mais ampla, que permanece oculta no subsolo ou então completamente arrasada por ocupações mais consistentes que simplesmente destruíram todo e qualquer vestígio de anteriores ocupações.

Um segundo aspecto a considerar quando falamos da origem da cidade é que devemos tentar evitar afirmações peremptórias dado que não temos provas irrefutáveis a favor de uma ocupação permanente do local de Braga ao longo do período proto-histórico nem a favor da criação da cidade num espaço *ex nihilo* ou *ex novo*, ou seja, sem ocupação anterior.

OS ANTECEDENTES AO NASCIMENTO DE BRAGA

Se observarmos a situação da fundação de Braga a partir de uma perspectiva mais ampla que abarque o seu território imediato, vemos que a cidade está numa região onde não faltam vestígios de povoamento da Idade do Ferro, com destaque, pela sua proximidade e importância, para o Castro Máximo, localizado na periferia da área urbana e constituindo um dos pontos mais elevados da actual cidade.

Este povoado virado ao vale do rio Cávado e dominando toda a planície do rio distribuíam-se, sobretudo, num largo esporão virado a sul e em direcção à cidade, delimitado por linhas de muralhas e fossos, infelizmente destruídas pela construção de um bairro habitacional e pela exploração de

uma pedreira. O Castro Máximo, pela primeira vez referido em fontes medievais datadas de 873 e 911, e motivo de outras referências mais tardias e pequenas prospecções e sondagens, foi recentemente escavado no local onde se situa o moderno estádio de Braga, revelando importantes vestígios de estruturas habitacionais, das quais se destaca parte de um pavimento em argila ornamentado com motivos de tipo geométrico (fig. 1), e um conjunto valioso de cerâmicas maioritariamente de tradição indígena, genericamente datáveis entre o séc. I a. C. e os meados do séc. I da nossa era.

Igualmente pela proximidade das ruínas da cidade romana se deve aduzir a recente descoberta de um balneário pré romano, encontrado durante as obras da estação dos caminhos de ferro de Braga e actualmente integrado no novo edifício da estação (fig. 2a e b). Trata-se provavelmente de um dos mais antigos edifícios do género até à data descobertos entre as bacias dos rios Minho e Douro. De facto, embora a escavação de alguns destes balneários demonstrasse que a edificação e funcionamento tivesse ocorrido já em período de ocupação romana, os dados revelados pela escavação do balneário de Braga revelaram tratar-se de um edifício de fruste arquitectura e estratigraficamente associado a materiais exclusivamente indígenas, datáveis entre os sécs. II e I a. C. (Lemos *et al.* 2003). Não nos atrevemos a discutir o significado simbólico deste edifício, nem tão pouco a contextualizá-lo como um tipo de equipamento associado a um acampamento militar na cidade ou mesmo relacioná-lo com um local de simples reunião que necessitasse de equipamentos logísticos de apoio (vd. 2003). Na verdade, aquilo que sabemos é da sua proximidade em relação à antiga cidade romana e da relativa proximidade ao Castro Máximo.

A complexidade desta problemática não se esgota porém no enquadramento da fundação da cidade num local situado nas proximidades de povoados ou da recente descoberta deste edifício banear junto à antiga cidade romana. Como referimos, os parques mas cada vez mais significativos vestígios indígenas que têm vindo a ser reunidos nas últimas décadas de escavações na cidade colocam novas interrogações e abrem novas perspectivas quanto ao verdadeiro significado da sua fundação.

Ainda que sem continuidade aparente, os vestígios mais antigos conhecidos no sítio de Braga datam do Bronze Final, mais precisamente do 1º quartel do I milénio a. C. (Bettencourt 2000). Destes vestígios refira-se um conjunto de fossas abertas no saibro, buracos de poste e cerâmicas, sugerindo um povoado de limitadas dimensões



Fig. 2a. Balneário pré-romano actualmente integrado no novo edifício da estação dos caminhos de ferro, em Braga.

situado no Alto da Colina da Cividade (2000, 23-30, est. I-XIII), e uma presumível necrópole identificada na área dos Granjinhos (fig. 3) (2000, 221-224, est. I-VIII). Se enquadrarmos esta presença no contexto da região vemos que este tipo de ocupação pode estar associado a pequenos povoados de cabanas com poucos hectares de extensão (1 ou 1,5 ha de média), colocados no topo de colinas que

contavam com áreas de necrópole colocadas, por norma, fora do recinto muralhado.

Neste panorama, o que podemos certamente concluir é que estes vestígios mais antigos até à data documentados em Braga representam “traços” descontínuos de ocupação do Bronze. Na verdade, as evidências são tão limitadas que não sabemos se se trata de ocupações estáveis bem definidas ou de meras ocupações de carácter temporal.

À parte estes vestígios que parecem documentar uma ocupação do sítio de Braga na Idade do Bronze, não temos, no entanto, provas irrefutáveis a favor de uma ocupação permanente ao longo do período proto-histórico.

A favor da inexistência de um núcleo de ocupação indígena no sítio de Braga naquele período têm-se advogado a presença pouco significativa de materiais de tipo indígena (Martins 1990, 219-220), e o facto de o local não possuir “as condições topográficas adequadas para a fixação desse tipo de povoados” (Martins 2000, 3).

A multiplicação de novas escavações em diferentes lugares da cidade e a recolha de alguns elementos isolados datáveis da Idade do Ferro Recente e dos inícios da romanização colocam-nos, no entanto, num ponto crítico da abordagem dos diferentes dados arqueológicos.



Fig. 2b. Balneário pré-romano actualmente integrado no novo edifício da estação dos caminhos de ferro, em Braga.



Fig. 3. Cerâmicas do Bronze final recolhidas na necrópole na área dos Granjinhos, Braga.

OS DADOS ARQUEOLÓGICOS. SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

Para tornar mais compreensível a apresentação resumiremos o quadro dos dados arqueológicos em dois pontos distintos: vestígios recolhidos na cidade mas provenientes de locais fora do seu contexto original ou directamente relacionados com as diferentes intervenções até à data realizadas na cidade.

No primeiro caso, destacam-se duas estátuas em granito de grão fino de duas micas encontradas na Av. da Imaculada Conceição (freguesia da Cidade, Braga), em finais dos anos setenta, na altura em que se procedia a um aterro para a construção de uma oficina (Bettencourt e Carvalho 1993-94, 279). Uma destas corresponde a uma estátua sedente, rara no NO peninsular, mas que encontra algumas afinidades com duas estátuas recolhidas em Xinzo de Limia (Ourense) (fig. 4a e b) e uma outra, de menores dimensões, encontrada no povoado de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso); a segunda correspondente à cabeça de uma estátua, pode ser provavelmente integrável no grupo estatuário dos guerreiros galaicos, bem documentados no NO (fig. 5a e b). Ambas podem, no entanto, ser incluídas no âmbito da arte provincial situada na Idade do Ferro Recente e as primeiras décadas do período imperial.

Dos diferentes achados recolhidos ao longo de mais de três décadas de intervenções refiram-se os bens exógenos, dos quais se destacam as moedas e as fíbulas, e cerâmicas de produção indígenas de âmbito local ou regional.

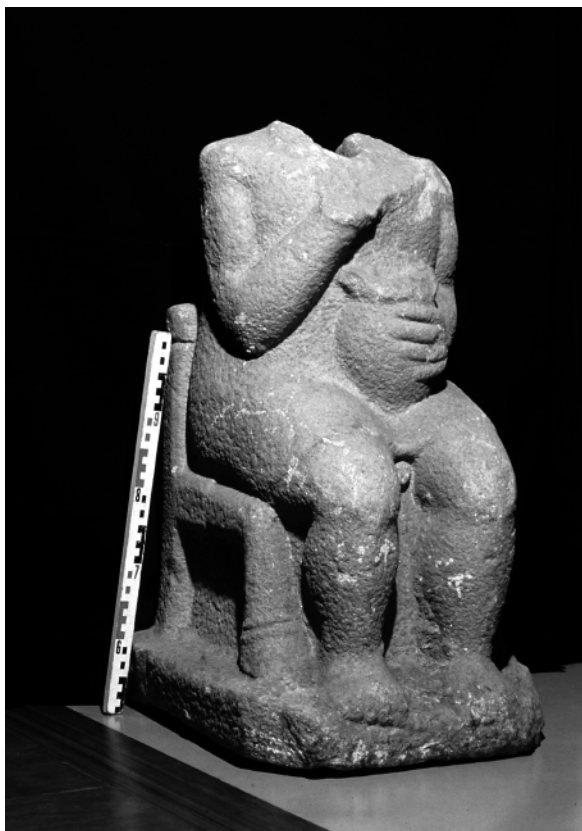


Fig. 4a. Estátua sedente em granito encontrada na Av. da Imaculada Conceição, Braga.

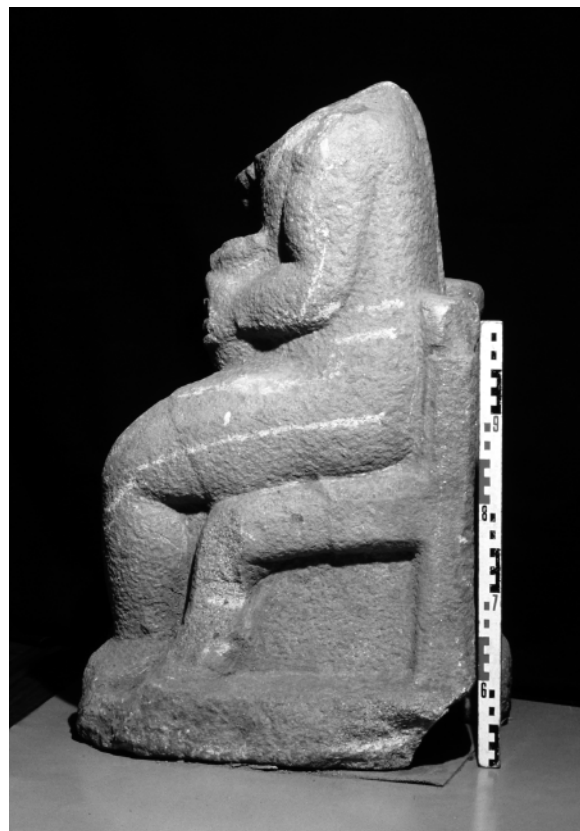


Fig. 4b. Estátua sedente em granito encontrada na Av. da Imaculada Conceição, Braga.

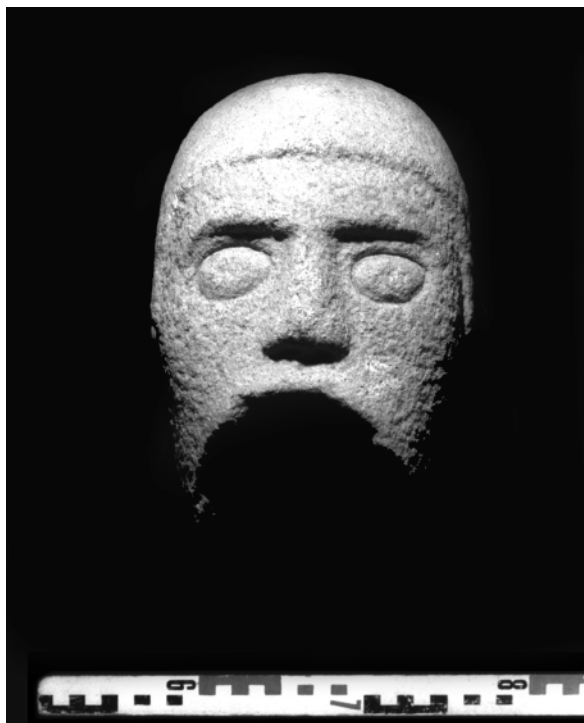


Fig. 5a. Cabeça de estátua em granito encontrada junto à estátua sedente na Av. Imaculada Conceição, Braga.

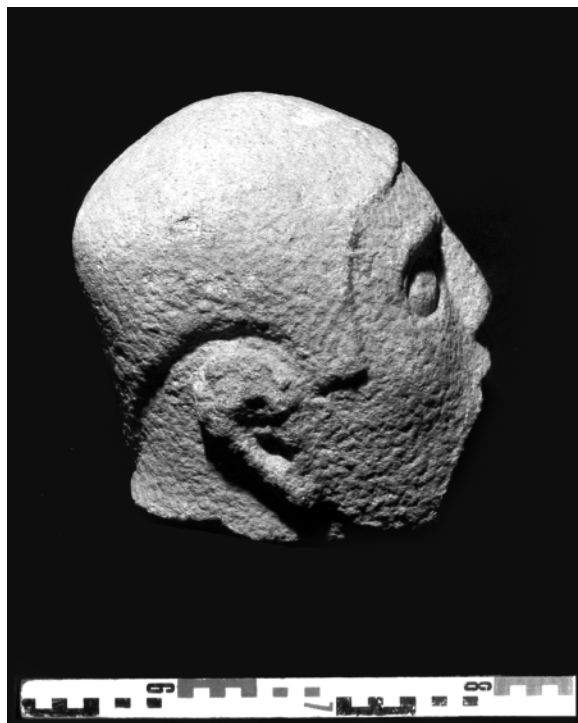


Fig. 5b. Cabeça de estátua em granito encontrada junto à estátua sedente na Av. Imaculada Conceição, Braga.

As moedas estão representadas por quatro exemplares ibéricos e um republicano. As moedas ibéricas estão dispersas na cidade, tendo sido recolhidas na Colina do Alto da Cividade (As da ceca de Cástulo de 105-82 a. C.) e nas escavações realizadas nas Termas (As da ceca de Bilbilis, s. II a. C.), no Cardoso da Saudade (As da ceca de Kaiskata) e nas Cavalariças (As ibérico). A moeda republicana, recolhida na Colina do Alto da Cividade, correspondente a um denário de prata, cunhado no N de Itália no ano de 82-81 a. C. (Zabaleta Estévez 2000, 396). Com uma cronologia mais próxima da fundação da cidade, foram ainda recolhidas moedas da *caetra*, segundo se pensa destinadas a sufragar os gastos derivados da contenda militar durante o processo de conquista do NO peninsular e pagar o *stipendium militare* (vd. Ferrer Sierra 1996; Zabaleta Estévez 2000, 396). Destas moedas, cunhadas por volta de 27-23 a. C., conhecem-se nove exemplares, cinco das Termas, duas do Cardoso da Saudade, e uma da Praia das Sapatas e da Casa da Bica, respectivamente.

As fíbulas estão representadas por duas peças recolhidas na Colina do Alto da Cividade pertencentes ao tipo Transmontano (s. IV a. C. – s. I d. C.) e ao tipo La Tène II, atípica (anterior a finais do s. III a. C. – s. II a. C.).

Verdadeiramente surpreendente é, no entanto, a presença de cerâmicas de tradição indígena cuja presença numérica tem vindo a aumentar de ano para ano. De facto, se no passado se referia a presença relativamente pouco consistente deste tipo de cerâmicas nas diferentes escavações e sondagens realizadas na área da Colina da Cividade e na zona da Carvalheiras (Martins 1990, 219-220), as novas intervenções têm, pelo contrário, demonstrado uma presença significativa, sendo de destacar uma especial concentração na zona das Cavalariças. Trata-se de um dos locais de maior antiguidade da cidade onde se identificaram restos de várias construções de natureza habitacional e artesanal que se repartem pela área de três *insulae* da cidade romana (Morais 1997-98, 47-135). De entre as escavações efectuadas neste local salienta-se uma recente intervenção realizada no sector E do actual edifício do Museu (sector 8), onde foi detectado um enchimento coberto por um pavimento exterior empedrado, onde se recolheram, para além de abundantes fragmentos de cerâmicas importadas (*terra sigillata* de tipo itálico, almofarizes e ânforas) datáveis do reinado de Augusto e finais do período de Tibério/inícios de Cláudio (Morais 2005), um conjunto surpreendente de mais de uma centena

de cerâmicas de tipo indígena. A análise atenta dos fabricos e da morfologia deste tipo de cerâmica permite situá-lo na fase III estabelecida por Manuela Martins para os povoados proto-históricos e romanizados do curso médio do Cávado (Martins, 1990). Trata-se de uma cerâmica que regista uma significativa evolução relativamente às das fases anteriores, quer do ponto de vista técnico, onde se nota uma mais consistente utilização do torno e uma melhor qualidade das pastas (mais finas e com melhores acabamentos), quer do ponto de vista cronológico, situada entre o séc. I a. C. e os meados do s. I da nossa Era (Martins 1990, 149-51).

A estes vestígios acresce-se uma significativa e importante quantidade de moldes em cerâmica para a fundição de sítulas em bronze (1988, 23-29, Ests. I – III). Estes moldes encontrados nas escavações realizadas no Albergue Distrital e nas Cavalariças, provêm de níveis não selados.

O estudo de alguns destes moldes realizado por Manuela Martins (1988, 27-29), permitiu, todavia, datá-los entre os finais do s. I a. C. e os meados do séc. I da nossa Era (1988, 27-28). Estes, com pastas de tons variados (predominantemente negras no interior e com superfícies externas alaranjadas), correspondem à parte decorada de moldes bivalves que apresentam uma decoração geométrica com um número limitado de motivos, constituídos por elementos em SSS entrelaçados dispostos em bandas horizontais, e decorações em espinha e linhas de pérolas também dispostas na horizontal.

Um deles representado pelas duas faces do molde bivalve permite perceber que se trata de moldes para a fundição de lâminas decoradas provavelmente pertencentes à parte superior de sítulas (fig. 6). Um outro corresponde à parte superior do suporte anelar da asa de uma armela de sítula (fig. 7).

PROBLEMATICA E SIGNIFICADO

Os dados que acabamos de expor, sendo extremamente significativos quando avaliados no seu conjunto, não permitem, no entanto, esclarecer se a cidade surgiu como fundação *ex novo*, nem considerar que esta surgiu a partir de um povoado pré-romano. De facto, quer as estátuas recolhidas na cidade, quer os restantes materiais exógenos e as cerâmicas de produção indígena, possuem problemáticas cronológicas específicas que não permitem uma resposta unívoca.

As estátuas, ainda que incluídas pela maioria dos investigadores no âmbito da “plástica castreja”, têm sido maioritariamente recolhidas em níveis de romanização,

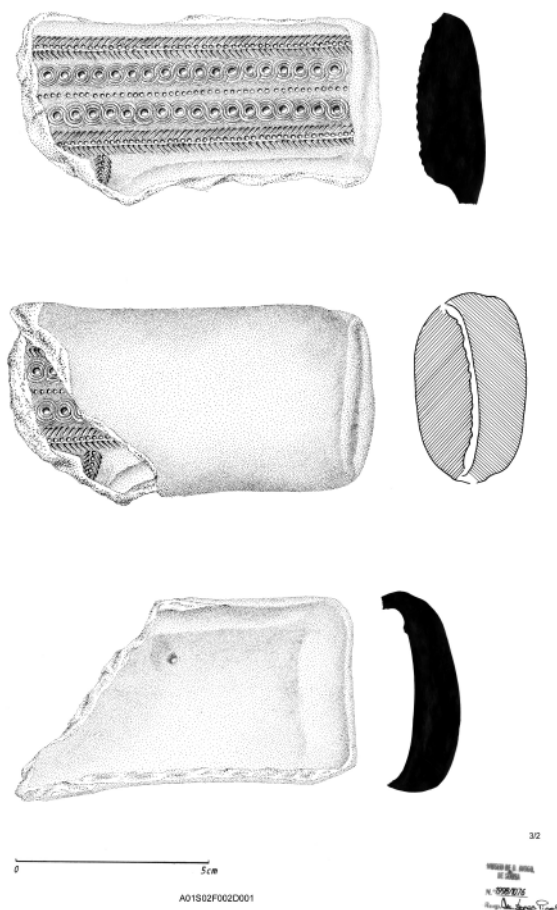


Fig. 6. Molde bivalve para a fundição de lâminas decoradas da parte superior de sítulas em bronze.

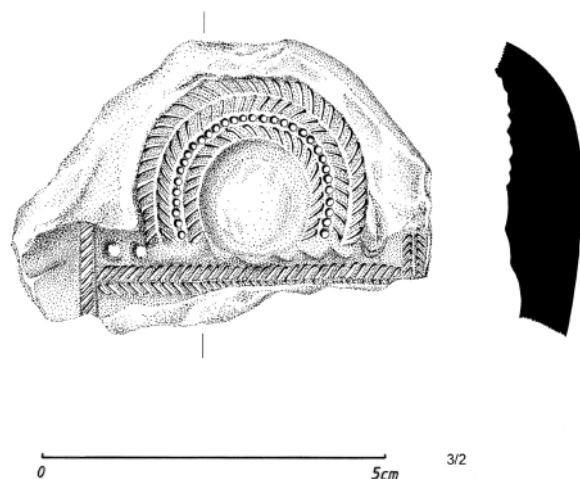


Fig. 7. Parte superior de um molde bivalve para a fundição do suporte anelar de uma asa de uma armela de sítulas em bronze.

aceitando-se como paralelos mais próximos para as estátuas de Braga o séc. I (Bettencourt e Carvalho 1993-94, 283-283). Por outro lado, dadas as circunstâncias do achado (recolhidas num muro e em mau estado de conservação), não se deve excluir a hipótese de estas poderem ter sido deslocadas de povoados fortificados da região (1993-94, 283-283), alguns dos quais muitos próximos da cidade.

As moedas e as fíbulas até à data encontradas na cidade, com uma cronologia situável antes da criação da cidade por Augusto, não têm uma expressão quantitativa muito significativa. No caso das moedas, e se tivermos em consideração o seu estado de deterioração, podemos inclusivamente pensar que podem ter chegado à cidade muito depois do período de cunhagem, possivelmente relacionada com a chegada dos exércitos que teria exigido uma considerável afluência de numerário (Centeno 1987; Zabaleta Estévez 2000).

Para a cerâmica não podemos utilizar um argumento quantitativo para supor, por exemplo, que o local teria apenas funcionado como local de encontro ou de mercados (*synodoi* ou *fora*), à semelhança do que nos é relatado por Dfion Cássio para a Germânia, com o objectivo de instalar novas relações sociais e económicas. De facto, a quantidade significativa de cerâmica indígena até à data recolhida na área urbana da cidade romana, associada aos parques mas igualmente significativos vestígios acima referidos, aconselha-nos prudência no momento afirmar ou infirmar uma ocupação prévia no local onde Augusto fundou a cidade. Como temos vindo a argumentar, igualmente nos parece excessiva a afirmação peremptória de que nada existia antes da criação efectiva da cidade.

À parte esta questão, para a qual não encontramos uma resposta convincente, o que podemos certamente valorizar na apreciação dos dados expostos é a dispersão na cidade destes vestígios mais antigos. Na verdade, pese embora as limitações inerentes ao estabelecimento de inferências espaciais com base na dispersão dos materiais, sujeitos que estão, pelo seu carácter móvel, a complexos processos de remobilização, sobretudo em meio urbano, não podemos deixar de considerar como bastante significativos os resultados decorrentes da análise destes materiais mais antigos. Nesta apreciação merece especial destaque a concentração destes materiais no quadrante sudoeste da cidade, correspondente ao tabuleiro superior da Colina do Alto da Cividade, na zona das Cavalariças e numa plataforma que estende mais para E, até o Cardoso da Saudade. A concentração privilegiada nestes locais não nos deve surpreender se levarmos em consideração o seu

posicionamento topográfico, estando o ponto mais elevado situado na Colina da Cividade, com a cota máxima actual perto dos 188 metros (Carta 1: 25. 000 do Instituto Geográfico Militar, folha 70). A zona das Cavalariças, situada a uma cota inferior, estava, no entanto, numa situação de proximidade de uma das zonas mais altas da cidade, hoje ocupada pelo Largo Paulo Orósio. Aí se situava a designada Cividade de Santiago, referida por Carlos Teixeira como um local onde apareceram “abundantíssimos restos de toda a espécie, indicando a sua grande importância em época romana” (1956, 12, nota 11). Neste ponto não deixa de ser curioso o facto de este ser o local onde tradicionalmente se pensa ter existido o *forum* romano.

Como referimos na apreciação dos fabricos e da sua morfologia, estas cerâmicas, enquadráveis na Fase III, possuem uma cronologia muito lata situada entre o séc. I a. C. e os meados do séc. I da nossa era (Martins, 1990). Ora, tal espectro cronológico não permite resolver a nossa questão sobre as origens de Braga. O que podemos certamente valorizar, para além da referida dispersão na área urbana da cidade romana, é que esta cerâmica, à semelhança do povoado do Lago (Amareis) (vd. 1990, 172), aparece frequentemente acompanhada de materiais importados (*terra sigillata* de tipo itálico, almofarizes e ânforas), com idêntica cronologia.

Para os moldes de sítula acima referidos seguimos o mesmo tipo de raciocínio dado que abarcam o mesmo espectro cronológico das cerâmicas da fase III e igualmente aparecem associados aos materiais mais antigos de importação.

Chegados a este ponto, apesar de não podermos comprovar uma ocupação do sítio de Braga antes da fundação da cidade por Augusto, parece sim comprovado que a cidade possuía nas primeiras décadas de vida um forte núcleo populacional constituído por indígenas.

Igualmente a ser destacado é o forte impulso comercial sentido desde os inícios da formação da cidade. De facto, como tivemos oportunidade de constatar (Morais 1997-98, 47-135; Moraes, no prelo), esta desde cedo beneficiou de um importante comércio tornando-se um centro cosmopolita devidamente integrado no império, reflectindo os ritmos e fluxos de intercâmbio regulares, já verificados no NO peninsular. Este papel exercido pela cidade, como unidade básica no processo de intercâmbios da região, assentou, necessariamente, numa rede de intermediários: desde logo a existência de comerciantes em grande escala (*negotiatores*) – documentados epigraficamente para o período de Cláudio (*CIL*, II, 2423

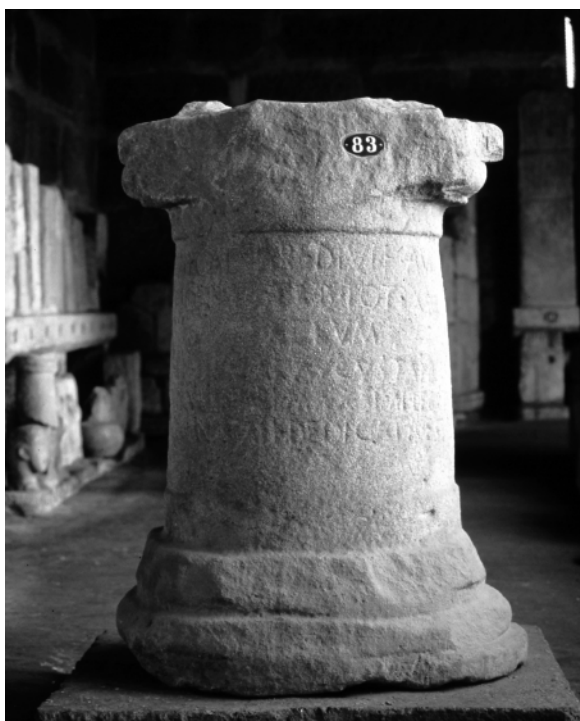


Fig. 8. Arâ dedicada a Augusto, comemorando o dia do aniversário do nascimento do legado Paullus Fabius Maximus.



Fig. 9. Parte de pedestal de estátua em honra de Agrippa Postumus.

= AE 1966, 186) – que fazem, naturalmente, pressupor a existência de pequenos comerciantes (*mercatores*) reunidos, ou não, em *collegia* e *corpora* específicos.

O ACTO DA FUNDAÇÃO OU REFUNDAÇÃO DA CIDADE E A INTRODUÇÃO DO CULTO IMPERIAL E DINÁSTICO

Do que acabámos de expor e independentemente da hipótese da fundação *ex nihilo* ou *ex novo* da cidade, o que podemos certamente aceitar é que o acto da sua fundação representou um passo em frente na romanização do território, um produto da acção consciente e voluntária daquele que actuou como fundador, Augusto.

Na verdade, a fundação da cidade, mais do que entendida como um núcleo populacional novo (Martins 1990: 218-219), deve ser encarada num sentido mais lato – aquele da criação de uma consciência cívica colectiva representada pela menção dos *Bracaraugustani*, documentada na epigrafia (Tranoy 1980, 155-159). Neste ponto saliente-se uma ara com uma inscrição dedicada a Augusto (fig. 8), comemorando o dia do aniversário do nascimento do legado *Paullus Fabius Maximus* (EE, VIII,

280; ILS, 8895; ILER 1028) e um pedestal de estátua em honra de *Agrippa Postumus*, filho do lugar tenente de Augusto, *M. Vipsanius Agrippa* (fig. 9).

Estes monumentos são um forte indicador que nos inícios da formação da cidade o culto imperial foi oficialmente introduzido ao mesmo tempo que se desenvolve o culto dinástico dos herdeiros de Augusto².

A presença da ara vem demonstrar que também a cidade participou no culto imperial ao imperador, à semelhança de outros locais na Hispânia onde igualmente se documentaram altares, seguindo o exemplo de Tarraco que “contagiou” outros locais da Península (Étienne 1974, 367-386). À parte o altar de Mérida, directamente relacionado com a dedução de veteranos das guerras cantábricas, o maior conjunto de aras até à data identificadas foram registadas no Norte Peninsular, acrescentando-se à ara de Braga, as *Arae Sestianae* e aquelas de *Gijón* e *Aquae Flaviae* (1974, 367-386).

A segunda inscrição corresponde a um bloco de granito rectangular pertencente à parte frontal de uma base de pedestal de uma estátua equestre, em cuja face superior se podem ainda ver dois entalhes para à fixação de grampos de metal destinados a unir as restantes peças desse conjunto.

A presença deste pedestal de estátua vem demonstrar que os Bracaraugustanos participavam no evergetismo das cidades que competiam entre si para honrar o imperador e a família imperial, atitude bem documentada no Oriente e no Ocidente Peninsular (Étienne 1974) e que encontra outros exemplos instrutivos na própria Península Itálica, desta vez a cargo de particulares ou, a nível oficial, pelo Senado e pelo povo de Roma. O primeiro caso está bem documentado no conjunto erigido no fórum de Tivoli pelo liberto M. Vareno que fez construir por expensas próprias um pequeno sacrário ou êxedra com uma estátua de culto, precisamente após o retorno de Augusto de uma das viagens à Hispânia, no ano 19 ou 13 a. C.

A interpretação desta epígrafe como um pedestal de estátua é, como referimos, sob o ponto de vista histórico muito interessante. De facto, como se depreende da inscrição, a colectividade dos *Bracaraugustani*, certamente à semelhança de outras cidades provinciais, teria erigido uma estátua equestre a um dos netos de Augusto. Não se trata, no entanto, de *Caius* ou *Lucius*, filhos do lugar tenente *M. Vipsanius Agrippa* que seriam oficialmente adoptados em 12 a. C., aquando da morte deste último. Trata-se antes de *Agrippa Postumus* que à data desta inscrição não estava oficialmente adoptado como sinal de respeito pelo seu lugar tenente, no sentido de lhe auferir a continuidade do nome de família.

Estes dados não seriam relevantes se não soubéssemos que *Agrippa Postumus* foi uma personagem considerada rude e bruta, tendo inclusivamente sido banido por Augusto, por volta do ano 6 ou 7, para uma pequena ilha chamada Planásia. Não seriam igualmente relevantes se não soubéssemos que Augusto, como forma de arrependimento, o teria visitado com um certo secretismo no ano 13 para lhe pedir desculpa e o informar acerca dos planos para que pudesse regressar a Roma. Mais ainda: não seriam igualmente relevantes se não soubéssemos que Augusto foi acompanhado por um amigo fiel e de longa data, *Fabius Maximus*, obrigando-o a jurar segredo sobre o assunto. O interesse do que acabámos de expor não reside nos pormenores de comportamento e vivência da família imperial, mas no elo de ligação que parece ter existido entre duas destas personagens: *Agrippa Postumus* e *Fabius Maximus*, considerando que aceitamos que este último corresponda ao governador da Citerior, como vimos, igualmente documentado na cidade.

Sob o ponto de vista da concepção urbana da própria cidade, este pedestal de estátua - ao qual se acrescenta o achado de um fragmento de bronze com placagem de ouro

correspondente à pata dianteira de uma estátua equestre (Morais 2002, 219-235) -, vem confirmar a opinião de Le Roux (1996, 369) de que a cidade, pela sua importância administrativa, deveria possuir estátuas em honra de personagens importantes, ou de imperadores, colocadas em praça pública.

A presença deste pedestal tem igualmente um importante significado económico e de propaganda política revelando que os *Bracaraugustani* já eram uma entidade bem definida e com possibilidades de organização que incluíam o custeamento (*aere conlato*), por expensas próprias, de estátuas a membros da família imperial.

Como refere Le Roux (1994, 231, nota 10), a inscrição a *Agrippa Postumus* é de facto anterior à adopção oficial feita por Augusto: *Agrippa Postumus* ainda é dado como *Marci filius*, a sua adopção oficial, juntamente com a de Tibério, apenas ocorrerá em 4 d.c., como consequência imediata após a morte prematura dos jovens príncipes, *Caius* e *Lucius*.

A presença destas inscrições em *Bracara Augusta* é igualmente testemunho de um programa de reestruturação da região no qual as cidades representavam a marca da conquista e a vontade política do governo imperial de integrar o Noroeste ibérico no mundo romano.

Como vimos, esta vontade foi cumprida por *Paullus Fabius Maximus*, como governador da Citerior entre 4 e 1 a. C. (como também se reconhece em duas epígrafes recolhidas em Lugo, *IRPL*, 19-20; Tranoy 1980, 71), e que no caso específico de *Bracara Augusta* se situa entre 3 de julho de 3 a. C. e 5 de fevereiro de 2 a. C. (vd. Tranoy 1981, 149, nota 31).

Mais problemática poderia ser a contextualização cronológica da inscrição relativa à fundação ou refundação da cidade (fig. 10), hoje integrada na fachada do Largo D. João Peculiar, pode ainda ler-se:

[...]CONDITVM·SVB·IMP(eratoris)·CAESARIS·PATRI S·PATRIAE (ad. CIL. II 2421).

Segundo Santiago Montero e Sabino Perea (1996) esta inscrição data de um momento aproximado entre 5 e 2 a. C. No entanto, Alain Tranoy (1981, 318) data esta inscrição a partir do ano 2 a. C., momento em que Augusto recebe o título de *Pater Patriae*, fixado no dia 5 de Fevereiro por decreto expresso do Senado.

Mas será que nas províncias esta lógica foi levada em consideração? Poderiam ou não os provinciais atribuir este título a Augusto antes da sua consagração pelo senado? Parece que sim. Como nos indica uma inscrição recolhida em Arjona (Jaén) faz-se referência ao título de *Pater*

Patriae, em pleno ano 6 a. C., ou seja, seis anos antes da sua consagração oficial: “IMP·CAESARI AVGVSTO DIVI F·PONTVFICI MAX·TRIB·POTEST(ate) XIIII CONS XI PATRI PATRIAE D·D·” (ILER, 1024, 119).

Neste caso, como possivelmente na inscrição de Braga, o imperador Augusto já é intitulado como “Pai da Pátria”, um título atribuído pelos cavaleiros já antes do ano 9 a. C., tendo o Senado apenas se limitado a ratificá-lo no ano 2 a. C. (vd. Cagnat 1914, 177-79).

Três propostas foram avançadas para a interpretação da inscrição de Braga: a primeira foi brevemente apresentada por Alain Tranoy (1981, 318-319, 328), considerando que esta assinala a consagração, por ordem do próprio imperador, de um lugar atingido por um raio e, como tal, directamente relacionada com o culto a Júpiter; a segunda proposta, seguindo de perto a anterior, foi publicada por Santiago Montero e Sabino Perea (1996). Segundo estes autores, trata-se de um bidental, ou seja, um testemunho da refundação da cidade devido à queda de um raio (*fulmen regale*) que provavelmente teria atingido um lugar emblemático da cidade; a terceira e última interpretação deve-se a Géza Alföldy que numa recente visita à cidade de Braga a refere como um testemunho da construção de um monumento dedicado a Augusto.

As duas primeiras propostas têm em comum o facto de admitirem que a consagração desta inscrição se deveu à queda de um raio.

A queda de um raio era um fenómeno que os romanos incluíam na categoria dos prodígios (*prodigia*), um sinal de desestabilização de Roma e dos seus deuses, uma ruptura da *pax deorum*. As autoridades estatais deviam, por isso, celebrar os rituais expiatórios adequados (*procuratio prodigii*), através de sacerdotes competentes em matéria de prodígios.

O ritual expiatório requeria o sacrifício de uma vítima, normalmente uma ovelha de dois anos, e daí os nomes de *bidental* para os monumentos e de *sacerdotes bidentais*, para os sacerdotes encarregues da sua expiação.

Do que ficou exposto e independentemente da pertinência ou não da associação da inscrição de Braga com a queda de um raio e as consequências que daí advinham, podemos admitir que esta inscrição testemunha a construção de um monumento mandado erigir pelo próprio imperador, Augusto.

É esta, aliás, a proposta de Géza Alföldy. Mas antes de nos apressarmos a confirmar ou não uma ou outra proposta como sendo a mais plausível, tentemos analisar a inscrição tendo em conta o seu significado imediato: o que esta nos



Fig. 10. Inscrição relativa à fundação ou refundação da cidade, actualmente na Sé de Braga, integrada na fachada do Largo D. João Peculiar.

parece indicar é que Augusto foi o autor, fundador ou edificador de um monumento.

Por outro lado, o simples facto de SVB estar associado a uma inscrição no genitivo, e não no acusativo ou ablativo, indica-nos que esta inscrição está truncada, sendo portanto necessário reconstituí-la tendo em conta outros paralelos no mundo romano. Neste sentido, e independentemente de se tratar ou não de um bidental, a reconstituição proposta por Santiago Montero e Sabino Perea (1996) parece-nos muito sugestiva:

[*Fulgur dium (?)*]/CONDITVM SVB [*divo ex iussu*]/IMP(eratoris) CAESARIS [*Augusti divi f(ili)*]/PATRIS PATRI[ae pontif(icis) max(imi)]/[—]
(HEp. – 07, 01162)

Sem nos querermos alongar nesta questão, o que pudemos certamente referir é que das c. de 40 ocorrências documentadas no mundo romano em que surge a palavra *Conditum*, é sintomático que a maioria se reporte ao *fulgur divum*.

Independentemente desta problemática, esta inscrição, como testemunho de uma das primeiras inscrições oficiais de Braga, está inequivocamente relacionada com o primeiro desenvolvimento urbano da cidade, revelando que a sua fundação foi um acontecimento importante. Neste sentido, esta inscrição poderá retratar o momento da fundação da cidade enquanto entidade política e de propaganda imperial.

Na verdade, se atentarmos nos testemunhos literários e arqueológicos associados à fundação de cidades, verificamos que não se trata de um acto apenas técnico, ou o resultado de uma decisão de ordem política, mas também ritual, de acordo com os auspícios (Martínez-Pinna 2001, 209-26). Dito de outro modo, os deuses tinham que assegurar o nascimento da

cidade. À propaganda política e à actividade edificadora de Augusto, junta-se assim o conteúdo religioso.

Mas de que edifício se tratava? Porque motivo seria digno de registo esta inscrição pensada na primeira pessoa do imperador? Ainda que estas questões sejam difíceis de interpretar o que podemos certamente aceitar é que esta cerimónia, teria sido celebrada num *locus religiosus*. Com frequência, quase exclusiva, este tipo de inscrições está associado a actos de fundação ou re-fundação de cidades, e colocando-se junto a fossas votivas de fundação (vd. Briquel 2001, p. 227-40; Grandazzi 2001, p. 241-52; Pensabene 2001, p. 253-67). Recordemos a propósito o passo de Festo (310 L) quando refere um lugar sagrado onde são oferecidas provisões “*ominis gratia in urbe condenda*”, na fossa ritual para a fundação da cidade (*apud.*, Pensabene 2001, p. 253).

O que levaria então ao acto de assinalar este *locus* com esta inscrição? Uma das explicações encontradas para este tipo de situações no mundo romano está relacionada com a descoberta de vestígios de anteriores ocupações no momento de construir as fundações de templos (2001, 258). No caso da cidade de Braga esta explicação não deve ser de todo afastada. De facto, não nos devemos esquecer que os vestígios arqueológicos mais antigos conhecidos no sítio de Braga datam do Bronze Final e que, por outro lado, não deve ser afastada a hipótese da existência de um pequeno núcleo populacional habitando em determinadas zonas da cidade.

Independentemente da existência ou não de vestígios anteriores é muito provável que esta inscrição possa estar relacionada com a edificação de um *templum* augural, associado a uma ara sacrificial (ara sagrada) colocada junto ou sob a fossa de fundação da cidade.

O que esta inscrição nos parece revelar é que a cidade teria sofrido uma cerimónia fundacional semelhante à da *Roma Quadrada* augústea, directamente inspirada na inauguração romuleia do *Cemalus*, o local escolhido por Rómulo no topo do Palatino para estabelecer a sua cabana e o centro sagrado a partir do qual constituiu a *Roma Quadrada*. Como nos indica Dionísio de Halicarnasso (1, 86; *apud.*, Carandini 2000, 130), este local teria sido assinalado por um raio caído na *silva* destinada a acolher o templo de Apolo – implicando o enterramento do mesmo raio segundo o já referido ritual do *fulminem condere*.

Este ritual não é, todavia, exclusivo da Roma romuleia ou augústea. Conhecem-se, na verdade, outros lugares onde este ritual foi seguido. Um dos mais conhecidos corresponde ao complexo sagrado de Tarquínia, datável em torno de 700 a. C., onde, à semelhança do que nos é relatado pelas fontes para a cidade de Roma (Vérrio Flaco – in Festo

310 L; Ovídio, *Fasti*, IV, p. 819 ss; *apud* Cappelli, 2000, p. 177), se documentou arqueologicamente a ligação entre a ara sacrificial e a fossa da fundação (Carandini 2000, 125). O mesmo sucede com os vestígios documentado na acrópole de Cosa, uma colónia latina datada dos inícios do século III a. C, mais precisamente em 273 a. C. Neste local foi encontrado, para além da ara sacrificial e da fossa fundacional igualmente documentados em Roma e em Tarquínia, um *templum* augural de forma quadrada.

Em *Bracara Augusta*, o local escolhido para albergar a fossa da fundação junto a um *templum* augural, não correspondia necessariamente ao *mundus*, com outro significado e, naturalmente, já posicionado aquando da primitiva fundação.

Na verdade, enquanto o *mundus* ou *templum sub terra* é dedicado exclusivamente às divindades infernais como *Dis Pater*, a *Mater Larum* e os *Lari*, o *templum* augural estava associado a um *templum in terra*, dedicado a divindades superiores, como no caso de Júpiter, indirectamente referido na inscrição (vd. 2000, 127).

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Do que acabámos de expor mais são as dúvidas do que as certezas. Na verdade, tal como temos vindo a referir, não é possível com os dados até à data reunidos afirmar que a cidade surgiu como uma fundação *ex novo*, mas igualmente são ténues os vestígios que parecem ser indicadores de uma preexistência de populações autóctones no local da fundação da cidade.

Como tivemos a oportunidade de salientar, a fundação da cidade, mais do que entendida como um núcleo populacional novo deve ser encarada num sentido mais lato, aquele da criação de uma consciência cívica colectiva representada pela menção dos *bracaraugustani*. À introdução do culto imperial e dinástico, bem documentado na epigrafia da cidade, deve igualmente valorizar-se o acto simbólico da sua fundação ou “refundação” segundo uma cerimónia fundacional semelhante à da *Roma Quadrada* augústea.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos todas as sugestões e melhoramentos aos Professores Géza Alföldy, Jorge de Alarcão e Amílcar Guerra.

RUI MORAIS

Universidade de Braga
rmorais@uaum.uminho.pt

NOTAS

- 1 Ainda que em latim o genitivo do plural devesse ser *Bracarorum*, optamos pela expressão *ciuitas Bracarum*; esta expressão – como igualmente se depreende da expressão *conuentus Bracarum* – deve ser considerada como uma influência da língua local.
- 2 A estas inscrições acrescenta-se ainda outras documentadas em Braga e suas proximidades que inequivocamente vem reforçar o culto dinástico dos herdeiros de Augusto e a introdução do culto imperial. Referimo-nos a um monumento erguido pela *Gallaecia* a um dos netos de Augusto, *Caius* ou (*Lucius*) (*CIL*, II, 2422; *ILS*, 6922; Étienne, 1974, p. 137 e nota 5; Tranoy, 1980, p. 150 e nota 34 e p. 193); um monumento referido como cipo ou coluna encontrado em Dume, dedicado ao *Genius Caesaris* (vd. Vasconcelos, 1913, p. 326) e um pequeno altar encontrado no jardim arquipiscopal de Braga com uma inscrição ao *Genius Augusti* (*CIL*, II, 5123; Vasconcelos, 1913, p. 326; Étienne, 1974, p. 305 e nota 2).

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M. (1990): La ley flavia municipal y las ciudades de Carpetania: algunas reflexiones. In *Toledo y Carpetania en la Edad Antigua*. Toledo, 131-139.
- ABASCAL, J. M.; ESPINOSA, U. (1989): *La ciudad hispano-romana, privilegio y poder*. Logroño.
- ALARCÃO, A. M. (1994): *Museu monográfico de Conimbriga: colecções*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- ALARCÃO, J. (1988): *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa América.
- ALFÖLDY, G. (1966): Um ‘cursus’ senatorial de *Bracara Augusta*, *Revista de Guimarães* 76: 1-2, 363-372.
- ALFÖLDY, G. (1987): *Römischen Stadtwesen auf der Neukastilischen Hochebene. Ein Testfall für die Romanisierung*. Heidelberg.
- ALFÖLDY, G. (1999): Aspectos de la vida urbana en las ciudades de la Meseta Sur. In J. González, ed., *Ciudades Privilegiadas en el Occidente Romano*. Sevilla.
- ANDREU PINTADO, J. (2004): Edictum, municipium y lex: Hispania en época flavia (69-96 d. C.), *BAR* (International Series 1293), Oxford.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990): *Guía de la cerámica romana*, Pórtico Zaragoza.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1992): *Caesar Augusta*, ciudad de Augusto. *Caesaraugusta* 69, 31-44.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2000): Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal). *Cadernos de Arqueologia: Monografias*. Braga.
- BETTENCOURT, A. M. S.; CARVALHO, H. P. A (1993-94): Estátua sedente e cabeça de guerreiro galaico da região de Braga. II. *Cadernos de Arqueologia*. Braga, 279-91.
- BRIQUEL, D. (2001): La légende de Romulus : du premier roi au héros fondateur, P. Azara, R. Mar, E. Subías, dirs., *Mites de Fundació de Ciutats al Món Antic (Mesopotàmia, Grècia i Roma)*, Actes del Col.loqui. Barcelona, 227-240.
- CAGNAT, R. (1914): *Cours d'épigraphie latine*. Paris.
- CAPPELLI, R. (2000) : Questioni di iconografia, A. Carandini, R. Capelli, dirs., Catálogo da exposição Roma, *Romolo, Remo e la fondazione della città*, Electa, Roma, 151-84.
- CARANDINI, A. (2000): Variazioni sul tema di Romolo. Riflessioni dopo la nascita di Roma (1998-1999), A. Carandini, R. Capelli, dirs., Catálogo da exposição Roma, *Romolo, Remo e la fondazione della città*, Electa, Roma, 95-150.
- CARBALLO ARCEO, L. X. (1983): Aportación al estudio de las sítulas en el occidente de la Península Ibérica. *Cuadernos de Estudios Gallegos* XXXIV, 19, 7-32.
- CARBALLO ARCEO, L. X. (1989): *Catálogo dos materiais arqueológicos do museu do Castro de Santa Trega: idade do ferro*, Pontevedra.
- CENTENO, R. M. S. (1987): Circulação monetária no Noroeste da Hispânia até 192. *Anexos Nymms* I, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CURCHIN, L. A. (1990): *The Local Magistrates of Roman Spain*. Toronto.
- ÉTIENNE, R. (1974): *Le culte impérial dans la péninsule ibérique d'Auguste à Dioclétien*. de Boccard, Paris.
- ÉTIENNE, R., MAYET, F. (1984): La dénomination antique de Mérida. *Lucerna*. Porto, 159-72.
- FABIÃO, C. (1998): *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. 2-3. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa em 1998 (policopiado).
- FERRER SIERRA, S. (1996): El posible origen campamental de *Lucus Augusti* a la luz de las monedas de la caetra y su problemática. *Lucus Augusti: I: El Amanecer de una Ciudad*. Corunha, 425-446.
- GALSTERER, H. (1971): *Untersuchungen zum Römischen Städtewesen auf der Iberischen Halbinsel*, Berlin.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, E. (1996): El desarrollo de la municipalización latina: la Bética y el Noroeste, S. Reborada Morillo, P. López Barja de Quiroga, eds., *A cidade e o mundo: romanización e cambio social*, Xizko de Limia, 147-64.
- GONZÁLEZ BLANCO, A. (1994): *Urbanismo romano de la región de Murcia*. Murcia.
- GRANDAZZI, A. (2001): Rome et sa fondation : archéologie, histoire, mémoire, P. Azara, R. Mar, E. Subías, dirs., *Mites de Fundació de Ciutats al Món Antic (Mesopotàmia, Grècia i Roma)*, Actes del Col.loqui. Barcelona, 241-252.
- GUERRA, A. (1995): *Plínio-o-Velho e a Lusitania*. Lisboa: Edições Colibri.
- GUERRA, A. (2002): *Omnibus Numinibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, 147-59.
- HELEN, T. (1975): Organization of the Roman Brick Production in the First and Second Centuries A.D.: An Interpretation of Roman Brick Stamps. *Annales Academiae Scientiarum Fennicae*, Helsinki, 5.
- LE ROUX, P. (1975): Aux origines de Braga (Bracara Augusta). *Bracara Augusta*. 29, 155-59.
- LE ROUX, P. (1994): *Bracara Augusta: ville latine. Trabalhos de Antropologia e Etnografia: 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Actas, vol. VI. Porto, XXXIV: 3-4, 229-241.
- LE ROUX, P. (1995): *Romains d'Espagne: cités & politique dans les provinces: I^{re} siècle av.J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.*, Armand Colin, Paris.
- LE ROUX, P. (1996): Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el alto imperio. *Géiron*. 14, 363-379.
- LEMOS, F. S.; LEITE, J. M. F.; BETTENCOURT, A.; AZEVEDO, M. (2003): O balneário pré-romano de Braga. *Al-Madam*. Almada. 12, 43-46.

- MANGAS, J. (1996): *Aldea y ciudad en la antigüedad hispana*. Madrid.
- MANTAS, V. G. (1989): Vias romanas da região de Tomar: os miliários. In *O espaço rural na Lusitânia: Tomar e o seu território*. Tomar: Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, 31-46.
- MANTAS, V. G. (1996): *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Braga: Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras, Coimbra, tese policopiada, I.
- MARTÍNEZ-PINNA, J. (2001): La etnogénesis de Roma, P. Azara, R. Mar, E. Subías, dirs., *Mites de Fundació de Ciutats al Món Antic (Mesopotàmia, Grècia i Roma)*, Actes del Col.loqui. Barcelona, 209-216.
- MARTINS, M. (1988): Moldes de símulas com decoração geométrica. *Cadernos de Arqueologia*. II. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série 5, p. 23-29.
- MARTINS, M. (1990): O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado. *Cadernos de Arqueologia: Monografias*, Braga.
- MARTINS, M. (2000): *Bracara Augusta: cidade romana*, Universidade do Minho, Braga.
- MAYET, F. (1984): *Les céramiques sigillées hispaniques: contribution à l'histoire économique de la Péninsule Iberique sous l'empire romaine, I Texte*, Publications de Centre Pierre Paris, de Boccard, Paris.
- MONTERO, S., PEREA, S. (1996): Augusto y el bidental de Bracara (ad. CIL II, 2421), J. M^a Blázquez, J. Alvar, eds., *La Romanización en Occidente*, Editorial Actas, Madrid, 299-319.
- MORAIS, R. (1997-98): Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia. II. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série 14-15, 47-97.
- MORAIS, R. (2002): O Tesouro Romano em Prata de *Bracara Augusta*. *Conimbriga* XLI, 219-235.
- MORAIS, R. (2004): Um caso único em marcas de lucernas: uma *figlina* em *Bracara Augusta* documentada pela oficina de *Lucretius*. *Conimbriga* XLIII, 227-240.
- MORAIS, R. (2005): Autarcia e comércio em *Bracara Augusta* no período alto-imperial: contribuição para o estudo económico da cidade. vol. I-II. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada em 2005 na Universidade do Minho (policopiado)
- PEACOCK, D. P. S. (1982): *Pottery in the Roman World: An Ethnoarchaeological approach*, Longman Archaeology Series, Londres/New York.
- PENSABENE, P. (2001): Luochi romulei del Palatino, P. Azara, R. Mar, E. Subías, dirs., *Mites de Fundació de Ciutats al Món Antic (Mesopotàmia, Grècia i Roma)*, Actes del Col.loqui. Barcelona, 253-267.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (2000): *Las Médulas (León): un paisaje cultural en la "Asturia Augustana"*, León.
- SILVA, A. C. F. (1986): *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Monográfico da Citânia de Sanfins.
- SOUZA, J. J. R. (1973): Subsídios para a carta arqueológica de Braga. *Studia Archaeologica*. 23, Santiago de Compostela, 7-28.
- TAYLOR, L. R. (1960): *The Voting District of the Roman Republic*. Roma.
- TEIXEIRA, C. (1956): *Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense*. Braga: Edições Bracara Augusta.
- TRANOY, A. (1980): Religion et société à Bracara Augusta (Braga), au haut-empire romain. *Actas do Seminário de Arqueologia do NO Peninsular: III. Revista de Guimarães*, 67-83.
- TRANOY, A. (1981): *La galice romaine: recherches sur les NW de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, de Boccard Paris.
- TRANOY, A. (1985) : *Centralisme, decentralisation ou provincialisation? l'exemple de deux régions atlantiques d'Auguste à Constantin: l'Aquitaine et la Galice*. Madrid, 51-75.
- VASCONCELOS, J. L. (1913): Religiões da Lusitânia. III, 2^o, Lisboa.
- WIEGELS, R. (1985): *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien. Ein Katalog*. Berlin.
- ZABALETA ESTÉVEZ, M. M. (2000): Hallazgos numismáticos de los comienzos de Bracara Augusta, 3^o Congreso de Arqueologia Peninsular, Porto, VI p.395-99.
- ZANKER, P. (1989) – *Augusto e il potere delle immagini*, Einaudi, Torino.